

The text that follows is a REPRINT
O texto que segue é uma SEPARATA

Please cite as:

Favor citar como:

Fearnside, P.M. 2022. Como sempre, os negócios: o ressurgimento do desmatamento na Amazônia brasileira. p. 351-356. In: Fearnside, P.M. (ed.) *Destruição e Conservação da Floresta Amazônica*. Editora do INPA, Manaus. 356 p.

ISBN: 978-85-211-0193-2.

Copyright: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

The original publication is available from:

A publicação original está disponível de:

<https://bit.ly/3Bw8lnU>

<http://philip.inpa.gov.br>

Esta é uma tradução de:

Fearnside, P.M. 2017. Business as Usual: A Resurgence of Deforestation in the Brazilian Amazon. *Yale Environment* 360, 18 de abril de 2017. <http://e360.yale.edu/features/business-as-usual-a-resurgence-of-deforestation-in-the-brazilian-amazon>

CAPÍTULO 20

Como sempre, os negócios: O ressurgimento do desmatamento na Amazônia brasileira

Philip M. Fearnside

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA
Av. André Araújo, 2936 – CEP: 69.067-375, Manaus, Amazonas, Brasil.
E-mail: pmfearn@inpa.gov.br

Tradução de:

Fearnside, P.M. 2017. Business as Usual: A Resurgence of Deforestation in the Brazilian Amazon. *Yale Environment* 360, 18 de abril de 2017. <http://e360.yale.edu/features/business-as-usual-a-resurgence-of-deforestation-in-the-brazilian-amazon>

Tradução original:

Fearnside, P.M. 2017. Como sempre, os negócios: o ressurgimento do desmatamento na Amazônia brasileira. *Yale Environment* 360, 18 de abril de 2017. <http://e360yale.universia.net/como-sempre-os-negocios-o-ressurgimento-do-desmatamento-na-amazonia-brasileira/?lang=pt-br>

A Amazônia brasileira é do tamanho da Europa Ocidental. Nos 41 anos em que morei na região, trabalhando com os problemas do desmatamento, uma área maior do que a da França foi devastada. Ao longo de décadas vi os ciclos econômicos, as oscilações nos preços das matérias-primas e a especulação fundiária provocarem altos e baixos na destruição da Amazônia, que atingiu seu recorde em 1995 quando aproximadamente 30 mil quilômetros quadrados, uma área do tamanho da Bélgica, foi sacrificada em prol das madeireiras, dos pecuaristas e dos agricultores (Figura 1).

Quando a taxa anual de desmatamento da Amazônia brasileira caiu de 30 mil quilômetros quadrados em 2004 para 4.400 quilômetros quadrados em 2012, uma diminuição de 84%, claro que fiquei aliviado. Mas eu já tinha visto destruição demais na Amazônia para querer comemorar. Infelizmente, essas quedas alardeadas exaustivamente, criaram na comunidade ecológica internacional não apenas a impressão de que o desmatamento amazônico finalmente estava diminuindo, mas, também, uma perigosa ilusão na capital, Brasília: a crença de que o desmatamento estava completamente controlado e, portanto, o governo podia construir estradas, represas e outras infraestruturas na Amazônia sem consequências para a maior floresta tropical do mundo.

Evidentemente este não foi o caso. O desmatamento continuou em alta a partir de 2012, com um aumento notável de 29% na taxa de corte em 2016. Agora, mais uma vez, pressões econômicas e de desenvolvimento poderosas pairam sobre a Amazônia brasileira, agravadas por uma realidade preocupante: o crescimento impressionante do poder político dos ruralistas, uma coalizão de latifundiários, produtores de soja e outros atores da economia com um interesse enorme de que esses projetos de “desenvolvimento” e de infraestrutura entrem na Amazônia.

Enquanto as taxas de desmatamento na Amazônia brasileira sofrem alterações, as diversas forças políticas e econômicas que estão constantemente destruindo a floresta costumam ser as mesmas. E não mudarão até o que governo do Brasil, como um todo, mostre uma determinação real para proteger essa região vital, a qual desempenha um papel crucial na regulação do clima da terra. O atual ressurgimento do desmatamento é um lembrete disso (Figura 2).

Por mais que hoje em dia o controle do desmatamento seja incontestavelmente melhor do que em 2004, grande parte da diminuição do desflorestamento entre 2004 e 2012 pode ser explicada por outros fatores, ao invés de ser atribuída a uma administração melhor. Praticamente toda diminuição até 2007 (e 70% do total até 2012) foi originada das forças do mercado, principalmente



Figura 1. Uma área de selva amazônica recentemente derrubada no norte do Brasil. Foto: D. Beltrá / Greenpeace.

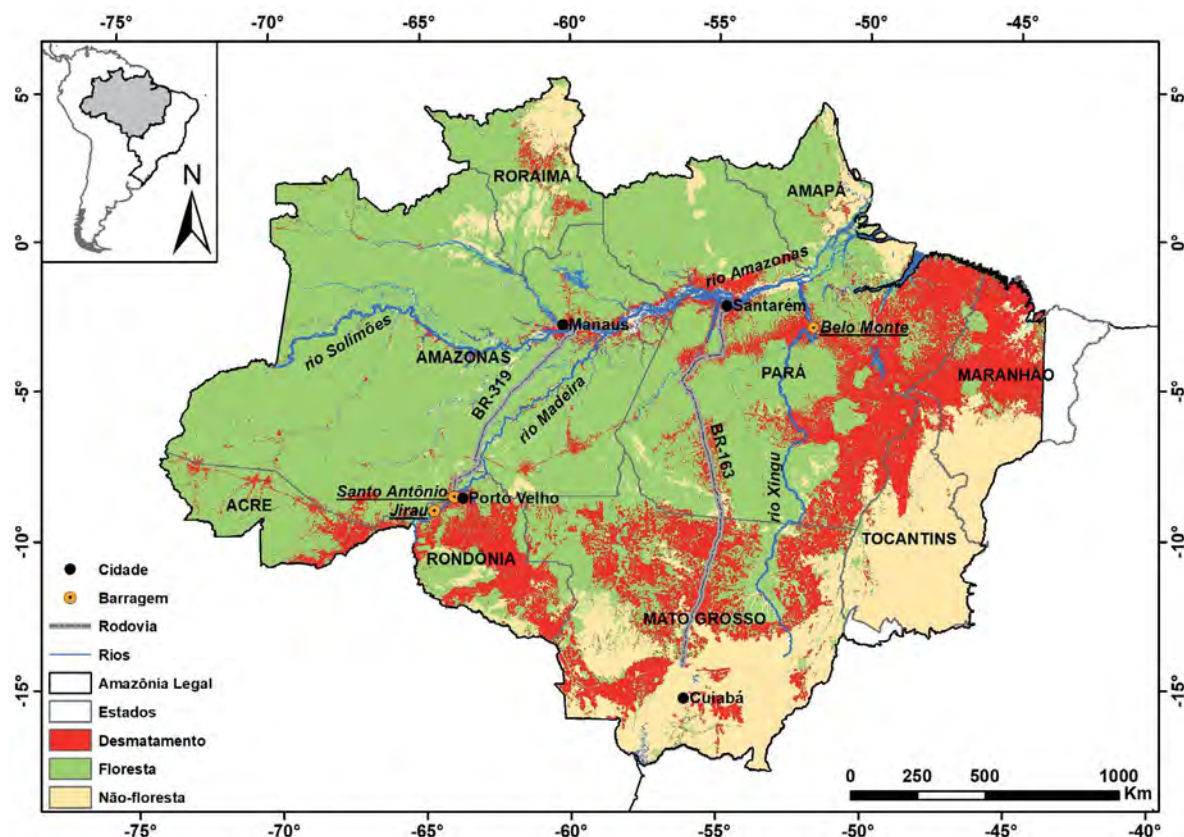


Figura 2. Na Amazônia brasileira uma área do tamanho da França foi perdida em virtude do desmatamento desde 2016.

pela queda dos preços dos principais produtos de exportação como a soja e a carne bovina. Esta situação foi agravada pelo aumento de 80% no valor da moeda brasileira em comparação com o dólar norte-americano, tornando as exportações menos rentáveis para os latifundiários cujas despesas eram pagas em reais, enquanto os lucros das exportações eram em dólares.

De 2008 em diante os preços das matérias-primas se recuperaram, mas o desmatamento continuou a cair em 2012, uma indicação de que alguma coisa tinha mudado. A mudança mais evidente foi a resolução adotada em 2008 pelo Banco Central do Brasil de subordinar a concessão de créditos para a agricultura e a pecuária à condição de não possuir multas pendentes por desflorestamento ilegal. Ao contrário das multas - contra as quais, pelo que parece, é possível apresentar um recurso atrás do outro e, frequentemente, não pagar nunca - o indeferimento do crédito é imediato, não cabe recurso e afeta diretamente os atores principais e mais ricos do processo de desmatamento. A desaceleração

do desflorestamento foi o resultado, sobretudo, da redução dos cortes que estavam sendo realizados pelos grandes e médios latifundiários que precisavam lidar com as restrições de crédito dos bancos públicos, ao contrário dos pequenos agricultores.

Então, o que há por trás do crescimento constante do desflorestamento a partir de 2012? Esse ano foi caracterizado pela promulgação de uma lei que enfraquecia muito o Código Florestal Brasileiro, removendo restrições importantes sobre o desmatamento, especialmente na Amazônia, e tornando mais fácil a obtenção da permissão oficial para desmatar legalmente. E, graças ao aumento sem precedentes da influência política dos latifundiários ruralistas, o código perdoou as derrubadas ilegais realizadas até 2008, criando assim uma expectativa de futuras “anistias”. O preço da soja também subiu em 2012, atingindo brevemente o nível (corrigido pela inflação) de 2004, encorajando os agricultores a desmatar mais terras.

O aumento do desmatamento nos últimos cinco anos não deveria nos surpreender,

já que os fatores subjacentes à destruição dos bosques continuam crescendo ano após ano. A cada ano a região amazônica fica mais populosa, mais estradas penetram na selva e existem mais investimentos na agricultura e pecuária e em grandes projetos, tais como a construção de represas hidrelétricas. As áreas ao redor das represas no rio Madeira (Santo Antônio, cujo reservatório foi enchido em 2011, e Jirau, enchido em 2013) e no rio Xingu (Belo Monte, enchido em 2015) foram pontos de desflorestamento intenso. O mesmo ocorreu na estrada de Santarém a Cuiabá que está sendo reconstruída para transportar a soja do Mato Grosso para os portos com acesso ao rio Amazonas (Pearce, 2011).

Os antigos motivos do desflorestamento, como a especulação fundiária, a lavagem de dinheiro e a aquisição de terras - seja obtendo o título legal de propriedade da terra ou ocupando e evitando que sejam invadidas ou confiscadas, com ou sem um documento legal - continuam existindo. Soma-se a tudo isso uma economia livre para vender produtos agrícolas com fins lucrativos (Fearnside, 2005). Durante este período foram abertos novos mercados internacionais para a carne do Brasil, com um aumento constante das exportações até 2016, antes que estourasse o escândalo de inspeção da carne e sua comercialização fosse proibida (supostamente de forma temporária) em 2017. O avanço da soja para as antigas pastagens de gado no estado do Mato Grosso, inclusive em algumas áreas onde originalmente predominavam savanas em vez de floresta tropical, induziu os pecuaristas a vender suas terras e reinvestir os lucros para a compra e desmatamento de zonas florestais na região mais remota da Amazônia, onde a terra é barata.

Compreender o aumento do desmatamento do ano passado é importante para prever quais medidas deverão ser adotadas para limitar a derrubada dos bosques. Um fator importante em 2016 foi a incerteza política durante e após o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, a qual foi obrigada a afastar-se em maio de 2016 para o início de seu julgamento, culminando em sua acusação formal, em agosto passado, por manipular o orçamento federal para ocultar

os problemas econômicos do país. Essa revolta abriu as portas para o avanço rápido de iniciativas do legislativo para eliminar as restrições ambientais, uma tendência que continuou após a transferência formal dos poderes presidenciais ao atual líder do Brasil, Michel Temer (Fearnside, 2016).

Ainda que outros fatores econômicos possam ter contribuído para o aumento do desflorestamento, sua magnitude sugere que ele também teve sua origem no rápido crescimento do poder político dos ruralistas, que já tinha começado muito antes do fim do governo de Rousseff. O atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, é o maior produtor de soja do Brasil (Bonato & Samora, 2016). Em 2005, quando era governador do Mato Grosso, ele recebeu do Greenpeace o prêmio “Motosserra de ouro” por ser o maior responsável individual pelo desmatamento da Amazônia (Greenpeace, 2005).

O Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, que controla o órgão responsável pelas terras indígenas, foi o congressista mais poderoso por trás de uma emenda constitucional proposta para extirpar do órgão a autoridade para criar reservas indígenas, uma iniciativa amplamente considerada um revés para os esforços de conservação das florestas tropicais (Arsenault, 2017). Serraglio também lutou para arrancar do Ministério do Meio Ambiente a faculdade de criar reservas naturais. A facção ruralista também encabeça ambas as câmaras do Congresso Nacional e lidera a coalizão governamental nas mesmas.

Não existe uma solução única para a incessante destruição da floresta amazônica. Uma série de medidas divididas em três categorias são necessárias: esforços para prevenir o desflorestamento; suspensão das ações governamentais que fomentam o desflorestamento; e oferta de alternativas para aqueles que dependem da agricultura para subsistir - um grupo que não inclui o agronegócio, os pecuaristas ou os “grileiros” (grandes usurpadores ilegais de terras) (Fearnside, 2008a). O valor dos serviços ambientais da região é uma fonte potencial de recursos que estive promovendo durante mais de três décadas. Estes serviços incluem manter

a biodiversidade, evitar o aquecimento global e reciclar a água das chuvas, não só na Amazônia, mas também em São Paulo e nos países vizinhos do Brasil. Mas, apesar de alguns progressos obtidos, essa alternativa à atual economia destrutiva, necessária para mudar o curso do desenvolvimento, encontra-se ainda em fase incipiente (Fearnside, 2008b).

O estabelecimento de áreas protegidas é uma prioridade urgente, e sua criação deve ser imediata, antes que os colonizadores e investidores cheguem às regiões intocadas até agora. Mas em vez de criar reservas, o governo e seus aliados ruralistas as estão reduzindo e revogando. Um exemplo disso é o estado do Amazonas, onde representantes do estado no Congresso Nacional estão trabalhando atualmente para anular partes de um mosaico de reservas no sul do Estado, que é um dos maiores focos de desmatamento (ISA, 2017).

O Ministério do Meio Ambiente e demais órgãos precisam de reforços, ajuda financeira e respaldo político. O fracasso em obter isso é uma das razões que explicam o atual ressurgimento da derrubada de florestas. O Ministério do Meio Ambiente está sempre entre as últimas prioridades quando os recursos do escasso orçamento estatal são destinados. Isto reduziu as inspeções de desmatamento ilegal e dificultou os esforços de criação e defesa de áreas protegidas.

Entretanto, o problema é mais complexo. Responder às más notícias sobre o desflorestamento significa sempre passar o problema para o Ministério do Meio Ambiente, enquanto o resto do Governo segue impassível. Mas, uma infinidade de ações governamentais leva a um desmatamento maior, e estas ações devem ser reconhecidas e detidas. O Governo subsidia o desflorestamento oferecendo empréstimos a juros baixos para a agricultura e a pecuária (e perdendo as dívidas quando surgem problemas), criando assentamentos, eximindo de impostos as exportações sem se preocupar com os danos, fornecendo prorrogações e pesquisa para ampliar o cultivo de soja, a pastagem bovina e a “gestão” florestal insustentável, bem como construindo e

mantendo estradas e demais infraestruturas para transportar estes produtos.

A abertura de estradas coloca inevitavelmente em andamento uma cadeia de invasão de terras, especulação fundiária e desflorestamento que escapa rapidamente do controle do governo. Um exemplo claro disto é a reabertura prevista da estrada abandonada de Manaus a Porto Velho, a qual, junto com as estradas de ligação existentes e planejadas, abriria aproximadamente a metade do que resta da floresta amazônica no Brasil para os produtores de soja, pecuaristas, madeireiros e demais atores do infame “arco de desmatamento” que se estende ao longo da fronteira meridional da região (Fearnside & Graça, 2006).

A resposta à intensificação do desmatamento deveria incluir, portanto, o cancelamento de alguns importantes projetos de infraestrutura com grande potencial para catalisar uma derrubada maior das florestas. Infelizmente, deter esses projetos de desenvolvimento não é a tendência atual, que se caracteriza como uma explosão de propostas legislativas para enfraquecer ou abolir as licenças ambientais a favor de projetos de infraestrutura “estratégicos”, como as estradas e represas (Fearnside, 2017a).

Se o governo brasileiro, com a ajuda da comunidade internacional, não levar a sério o controle das forças do desenvolvimento destrutivo, então, independentemente dos períodos de crescimento e diminuição do desmatamento, esta magnífica floresta tropical continuará, década após década, desaparecendo.

AGRADECIMENTOS

Este capítulo é uma tradução de Fearnside (2017b), reformatado de Fearnside (2017c),

REFERÊNCIAS

- Arsenault, C. 2017. Brazil stops demarcating land for indigenous people: ex-government agency official. *Reuters*, 11 de janeiro de 2017. <http://www.reuters.com/article/us-brazil-landrights-politics-idUSKBN14V24R>
- Bonato, G. & R. Samora 2016. New Brazil ag minister seen friendly to business, maybe not to Amazon. *Reuters*,

- 13 de maio de 2016. <http://www.reuters.com/article/brazil-agriculture-maggi-idUSL2N18A0RS>
- Fearnside, P.M. 2005. Deforestation in Brazilian Amazonia: History, rates and consequences. *Conservation Biology* 19(3): 680-688. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2005.00697.x>
- Fearnside, P.M. 2008a. The roles and movements of actors in the deforestation of Brazilian Amazonia. *Ecology and Society* 13(1): art. 23. <http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss1/art23/>
- Fearnside, P.M. 2008b. Amazon forest maintenance as a source of environmental services. *Anais da Academia Brasileira de Ciências* 80(1): 101-114. <https://doi.org/10.1590/S0001-37652008000100006>
- Fearnside, P.M. 2016. Brazilian politics threaten environmental policies. *Science* 353: 746-748. <https://doi.org/10.1126/science.aag0254>
- Fearnside, P.M. 2017a. Brazil's surge of environmental threats reaches new heights. *Alert*, 5 January 2017. <http://alert-conservation.org/issues-research-highlights/2017/1/5/brazils-surge-of-environmental-threats-reaches-new-heights> <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.33245.20962>
- Fearnside, P.M. 2017b. Business as Usual: A Resurgence of Deforestation in the Brazilian Amazon. *Yale Environment* 360, 18 de abril de 2017. <http://e360.yale.edu/features/business-as-usual-a-resurgence-of-deforestation-in-the-brazilian-amazon>
- Fearnside, P.M. 2017c. Como sempre, os negócios: o ressurgimento do desmatamento na Amazônia brasileira. *Yale Environment* 360, 18 de abril de 2017. <http://e360.yale.universia.net/como-sempre-os-negocios-o-ressurgimento-do-desmatamento-na-amazonia-brasileira/?lang=pt-br>
- Fearnside, P.M. & P.M.L.A. Graça. 2006. BR-319: Brazil's Manaus-Porto Velho Highway and the potential impact of linking the arc of deforestation to central Amazonia. *Environmental Management* 38(5): 705-716. <https://doi.org/10.1007/s00267-005-0295-y>
- Greenpeace. 2005. 'Soya King' wins Golden Chainsaw award. Greenpeace, Amsterdam, Países Baixos. <http://www.greenpeace.org/international/en/news/features/soya-king-wins-chainsaw/>
- ISA (Instituto Socioambiental). 2017. Mineradoras, latifundiários e senador seriam beneficiados por redução de reservas no Amazonas. Notícias Socioambientais, 16 de Março de 2017. <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/175649>
- Pearce, F. 2011. The Cerrado: Brazil's Other Biodiverse Region Loses Ground. *Yale Environment* 360, 14 de abril de 2011. http://e360.yale.edu/features/the_cerrado_brazils_other_biodiversity_hotspot_loses_ground